**O trabalho em rede e em cooperação: a Rede Intermunicipal de Bibliotecas do Algarve**

**Maria Margarida Vargues, 0000-0002-3884-9953, UAlg-Biblioteca, CIDHEUS-UE/FCT, Portugal, mvargues@ualg.pt**

**Luísa Alvim, 0000-0001-9106-1658, CIDHEUS-UE/FCT, Portugal, mluisa.alvim@gmail.com**

**Resumo**

O Algarve, a região mais a Sul de Portugal, tem uma área de 4.996,79 Km2 e, em 2018, a sua população de cerca de 438.864 residentes é caracterizada pelo envelhecimento demográfico, em especial nos concelhos do interior. Este estudo é uma reflexão sobre o trabalho em rede e em cooperação entre bibliotecas, com um estudo de caso sobre a Rede Intermunicipal das Bibliotecas do Algarve - BIBAL. Desta rede, constituída com a assinatura de um acordo de cooperação, em dezembro de 2018, fazem parte as bibliotecas municipais dos concelhos algarvios e a Biblioteca da Universidade do Algarve. O conceito de rede está presente em muitos domínios da atividade humana, e também nas bibliotecas, implica uma comunicação multidirecional, de todos para todos, com base na confiança, transparência e consciência do bem comum. Como método, para além da revisão da literatura, foi aplicado um inquérito por questionário, em 2020, aos responsáveis das bibliotecas da rede BIBAL. As questões colocadas incidiram sobre as parcerias das bibliotecas com outras instituições, os desafios na gestão/planeamento que enfrentam, as vantagens na adesão à rede, as ameaças/problemas que a rede pode ter de superar, a avaliação global da adesão à rede e que tipo de apoio pode oferecer a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB). Este foi um primeiro estudo sobre a rede BIBAL, cujos resultados mostram, entre outras conclusões, que os profissionais das bibliotecas têm como objetivo o desenvolvimento e a exploração das potencialidades que a cooperação pode trazer às bibliotecas, com benefícios para toda a população.

**Palavras-chave:** Redes de bibliotecas, Cooperação, Bibliotecas públicas, Bibliotecas académicas, Algarve, Portugal

**Abstract**

The Algarve, the region in the South of Portugal, has an area of 4.996,79 Km2 and its population in 2018 is about 438.864 residents, characterized by demographic aging, especially in the inland counties. This study is a reflection on networking and cooperation among libraries, with a case study on the Inter Municipality Network of Libraries of the Algarve - BIBAL. This network, created with the signature of a cooperation deal, in December 2018, includes the municipal libraries of the Algarve municipalities and the University of Algarve Library. The network concept is present in many domains of the human activity, also in libraries, it implies a multidirectional communication, from all to all, based on trust, transparency and awareness of the common good. As a method, in addition to the literature review, a questionnaire survey was applied in 2020 to the library staff of the BIBAL network. The questions asked focused on the libraries partnership with other institutions, the challenges in management/planning, the advantages/threatens that the network may have to overcome, the advantages of belonging to the network, the global evaluation of joining the network, and what kind of support can DGLAB offer. This was a first study of BIBAL network, which results showed, among other conclusions, that the library professionals have as objective the development and exploitation of the network potentialities of cooperation for libraries, with benefits for the population.

**Keywords:** Library networks, Cooperation, Public Libraries, Academic Libraries, Algarve, Portugal

**1. Introdução**

O Algarve, a região mais a sul de Portugal de acordo com o *Anuário Estatístico da Região do Algarve* (2019), tem uma área de 4.996, 79 Km2, representando aproximadamente 5% da área do território nacional e com uma densidade populacional de 87,8 habitantes/Km2.

A população residente, em 2018, é de cerca de 438.864, valor mais baixo que em 2015, que foi de 441.929 (tabela 1). Esta tendência, até 2011, foi no sentido contrário, de acordo com o documento *Algarve preparar o futuro* (2013), que refere que esta região, nos dois últimos censos, registou taxas de aumento demográfico, em 2011 tinha 451.005 habitantes. Esta evolução até 2018, deve-se ao valor negativo da taxa de crescimento natural (-0,22%) e ao positivo da taxa de crescimento migratória (0,05%). A população residente caracteriza-se por um envelhecimento demográfico, como resultado da subida da fecundidade e do aumento da longevidade. Os concelhos do interior têm valores mais altos de envelhecimento do que a média regional, ocupando o topo, o município de Alcoutim, que em simultâneo é o local onde os idosos vivem mais isolados (Quaternaire Portugal 2015).

Tabela 1: População residente em Portugal e Regiões Autónomas em 2018 (Instituto Nacional de Estatística 2017; 2019)

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|   | Portugal | Norte | Centro | A.M. Lisboa | Alentejo | Algarve | R.A. Açores | R. A. Madeira |
| 2015 | 10.341.330 | 3.603.778 | 2.256.364 | 2.812.678 | 724.391 | 441.929 | 245.766 | 256.424 |
| 2018 | 10.276.617 | 3.572.583 | 2.216.589 | 2.846.332 | 705.478 | 438.884 | 242.846 | 253.945 |

Em 2018, no Algarve, como pode ser observado na tabela 2, o grupo etário entre os 0 e 14 anos representa 15% dos residentes e o grupo com mais de 65 anos tem 21,6% da população total. Esta distribuição etária contribuiu para um índice de envelhecimento elevado, já que se verificaram 144,3 pessoas idosas por cada 100 crianças.

Tabela 2:Percentagem depopulação residente no Algarve por escalões etários (Instituto Nacional de Estatística 2017; 2019)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|   | População 0 aos 14 anos  | População 15 aos 64 anos | População 65 ou + anos |
| 2015 | 15,10% | 64,10% | 20,90% |
| 2018 | 15% | 63,40% | 21,60% |

Em termos administrativos, esta região tem 16 concelhos e 67 freguesias que se distribuem pelo litoral, barrocal e serra, com uma diversidade de paisagem e cobertura vegetal tradicional, em consonância com o clima influenciado pelo oceano Atlântico e mar Mediterrâneo.

A zona costeira, o litoral, tem uma baixa altitude, alternando entre costas abruptas, areais extensos, várias áreas lagunares e sapais; a zona do barrocal situa-se entre o litoral e a serra que ocupa 50% do território e compreende a Serra do Espinhaço de Cão, a Serra de Monchique e a Serra do Caldeirão (Lagos. Câmara Municipal de Lagos 2020). O clima ameno que caracteriza o Algarve é convidativo para quem visita, acrescentando ainda o contacto com as suas tradições e costumes.

As variações da população, em particular nas fases de crescimento, obrigaram ao aumento de investimentos públicos e semipúblicos em infraestruturas que contribuíram para que a região alcançasse valores significativos nos indicadores de coesão e que se refletem em serviços de qualidade para as populações. No entanto, não foram ultrapassadas todas as assimetrias estruturais, socioeconómicas e demográficas. Ao crescimento populacional no litoral, como Albufeira, Lagos, Loulé e Portimão opõe-se o decréscimo de população em concelhos como Alcoutim e Monchique (Portugal. Ministério da Agricultura, Mar 2013).

A economia da região assenta em três principais pilares: o turismo (que integra o alojamento e a restauração), a construção civil e o comércio por grosso e a retalho. São, também, relevantes outras atividades como a agricultura, a caça, a pesca, a produção animal, assim como o tratamento e a distribuição de águas (Gabinete Oliveira das Neves 2018).



 Gráfico 1: Evolução de números de empresas segundo o sector de atividade (Instituto Nacional de Estatística 2019)

Comparando a evolução dos dados dos anos de 2011 até 2017, verificamos que, em 2011 se localizavam no Algarve 58.333 empresas, 62.058 estabelecimentos e 17.677 sociedades (Instituto Nacional de Estatística 2019). No ano de 2017, no Algarve, existiam 70.521 empresas (+ 12.188 face a 2011); 74.428 estabelecimentos (+ 12.370 face a 2011) e 19.250 sociedades (+ 1.573 face a 2011), o que representa uma variação de 21% em empresas, de 20% em estabelecimentos e de 9% em sociedades. Quanto à sua distribuição sectorial, o sector primário abrange 6.483 empresas; o sector secundário 7.759 empresas e o sector terciário com 56.279 empresas (gráfico 1). O que demonstra a inquestionável terciarização da base económica da região do Algarve, relacionada com a sua vocação administrativa e de funções centrais, apoiadas em equipamentos e infraestruturas de âmbito regional.

As áreas da cultura e das artes representam um papel importante no desenvolvimento das comunidades, “enquanto contexto favorável ao desenvolvimento de competências não formais e à construção da identidade, bem como, à melhoria da qualidade de vida das pessoas” (Quaternaire Portugal 2015).

Tabela 3: Despesas no Algarve em atividades culturais e criativas (Instituto Nacional de Estatística 2019b)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | Total de despesas atividades culturais e criativas | Despesas correntes | Despesas de capital  |
| Total | Bibliotecas/Arquivos  | Total | Bibliotecas/Arquivos |
|   | Total | Bibliotecas |   | Total | Bibliotecas |
| 2015 | 21.433.696 | 18.822.398 | 4.541.032 | 3.626.579 | 2.611.298 | 56.853 | 56.805 |
| 2018 | 31.178.901 | 26.301.651 | 5.152.370 | 4.012.972 | 4.877.250 | 147.070 | 68.920 |

As despesas nas áreas do património, das artes e do espetáculo e no apoio a entidades culturais e criativas têm aumentado nos últimos anos, conforme se pode observar na tabela 3, quer para as despesas de capital quer para as correntes. As bibliotecas, também, beneficiaram deste incremento no apoio às áreas criativas e culturais. Como se refere no *Plano Intermunicipal Algarve 2020* (Quaternaire Portugal 2015), é fundamental garantir o acesso à cultura a toda a população, o que requer a existência de políticas e estratégias que promovam e qualifiquem as práticas artísticas e culturais. A cooperação entre todos os intervenientes, não só nesta área, mas também noutras interligadas, mais a possibilidade de trabalhar em rede, são fatores a desenvolver. Considera-se, neste documento, que é necessário valorizar os recursos existentes, assim como a oferta cultural de iniciativa pública na região, privilegiando estratégias de promoção e de atratividade turística. No entanto, embora essenciais como base de competitividade regional, não podem esgotar o objeto da política cultural (Quaternaire Portugal 2015). A região do Algarve, apesar das melhorias da economia, nalgumas zonas, não goza de uniformidade no desenvolvimento e tem discrepâncias no interior da região. Apesar do crescimento da despesa pelas autarquias na área da cultura, esta não deveria incidir só no âmbito do turismo.

No campo cultural, as bibliotecas municipais são um instrumento muito importante na área do livro e da leitura. A Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) lança um questionário que recolhe informação e dados específicos relacionados com a ação e as atividades das bibliotecas integradas na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP), para obter indicadores estatísticos, a fim de apresentar um relatório anual. Este permite conhecer a situação e a evolução destas instituições de cultura, assim como estabelecer comparações entre bibliotecas e/ou áreas geográficas.

Tabela 4: Dados estatísticos da RNBP e Algarve, 2018 (Direção-Geral do Livro 2020)

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Abrangência geográfica RNBP | Bibliotecas/ 10.000 habitante | Coleção: monografias/ habitante  | Percentagem da população inscrita na biblioteca  | Entradas na biblioteca /habitante | Monografias emprestadas /1000 habitantes  | Computadores para uso do público | Sessões de acesso à Internet via Wi-fi /10. 000 habitantes  |
| /10.000 habitantes  |
| Total Nacional | 0,47 | 1,32 | 19% | 0,97 | 213,36 | 3,52 | 4.225 |
| Algarve | 0,52 | 1,78 | 25% | 1,41 | 299,1 | 4,83 | 1.258 |

Na tabela 4, os dados relativos a 2018 (Portugal. Ministério da Cultura 2020) mostram que as bibliotecas do Algarve, comparando com todas as outras da RNBP, têm um desempenho bastante positivo na maioria dos indicadores. Para este trabalho, foram selecionados os indicadores relativos ao número de entradas de indivíduos nas bibliotecas e às monografias emprestadas. Os dados refletem uma boa utilização das bibliotecas municipais na região do Algarve pelos seus habitantes, quando comparados com as médias nacionais. Estes indicadores também nos informam sobre as políticas que os municípios implementam nas bibliotecas, nomeadamente sobre as coleções de monografias que adquirem para a população e o número de computadores para uso do público que disponibilizam. O único valor abaixo da média nacional são as sessões de acesso à Internet via *wi-fi*.

**2. Contextualização do caso**

**2. 1. Cooperação e redes de bibliotecas**

Atualmente, assiste-se ao desenvolvimento de políticas de colaboração e a uma crescente vontade de formação de parcerias pelas instituições. Há uma criação efetiva de redes de parcerias, sejam de empresas, instituições de ensino, organizações para o desenvolvimento, públicas e privadas, etc.

O conceito de rede expressa sempre uma relação e está presente em muitos domínios da atividade humana, desde a economia, com redes empresariais, à educação e à cultura, com redes de aprendizagem e redes de conhecimento, passando pela administração pública e privada, com redes organizacionais e pela sociologia, com redes sociais (J. C. Fernandes 2007). A rede distribuída implica uma comunicação multidirecional, de todos para todos, com base na confiança, transparência e consciência do bem comum. Para Weston e Vullo (2014), a cooperação, que está implícita numa rede, é a base estratégica e organizacional de uma série de interações entre instituições e organizações e que pode ter diferentes níveis de participação e integração.

Sobre a importância das redes, Castells (2005) afirmou que estas constituem a morfologia social das sociedades e que esta altera a lógica das operações e os processos de produção, de poder e de cultura. As transformações da sociedade fazem corresponder-lhe várias designações, sociedade da informação e da comunicação, sociedade informacional, sociedade do conhecimento ou ainda sociedade em rede. Este autor associa os conceitos de comunicação e rede, sendo esta potencialmente uma estrutura aberta e ilimitada, integrando nós, desde que estes comuniquem dentro da rede, ou seja, que partilhem os mesmos códigos de comunicação.

O trabalhar em rede tem um denominador comum, que é tentar resolver as necessidades do cidadão e ter uma resposta cooperativa na resolução dos problemas da comunidade. Trabalhar em rede, para atingir objetivos comuns, na comunicação, na gestão e na coordenação de processos, permite rentabilizar esforços e criar novas modalidades de trabalho, partilhando investimentos, sejam financeiros ou humanos. As redes distribuídas correspondem a um metabolismo democrático, em que o grau de distribuição acompanha o grau de democratização (Franco 2012).

É consensual a prática de redes de cooperação nas bibliotecas, existindo várias tipologias entre os vários géneros de bibliotecas. Para se criar uma rede de bibliotecas é necessário um programa de operações, formular um diagnóstico de necessidades, bem como a criação de condições logísticas e financeiras. A existência de acordos formais e órgãos que façam a gestão, assim como infraestruturas e meios técnicos, são igualmente necessários para se promover programas e projetos comuns a todos os participantes da rede, através da conjugação dos esforços de todos os elementos. Ser membro de uma rede pressupõe perder alguma independência, para responder às condições necessárias, mas as vantagens são superiores às desvantagens (Khalid 1996).

Como se pode observar um pouco por todo o mundo, encontram-se vários tipos e perspetivas de redes de bibliotecas, desde a geográfica, com cooperação internacional, nacional e local, a temática ou uma rede com as mesmas finalidades, por exemplo: produzir um catálogo comum; desenvolver coleções; aquisição de documentos; catalogação partilhada; empréstimo interbibliotecas; cooperação na conservação; colaborar no desenvolvimento de planos de informação e projetos cooperativos; intercâmbio de pessoal técnico; edição de produtos; partilhar *software* ou bases de dados eletrónicas; formação de pessoal; investigação e realização de estudos de viabilidade respeitante a equipas, procedimentos ou produtos; apoio técnico; implementação de novos serviços, entre muitos outros (Amândio 2011). Podem ser consideradas diferentes tipologias de redes: as centralizadas, as descentralizadas, as distribuídas ou hierárquicas; assim como distintos modelos de governação, sejam governamentais, quase governamentais, ao abrigo de legislação, ou aqueles que não pertencem a qualquer associação ou cooperativa (Khalid 1996).

Uma das diretivas da *International Federation of Library Association and Institutions* (IFLA) (IFLA/UNESCO 2001), para as bibliotecas públicas, recomenda que os gestores das bibliotecas estabeleçam redes aos mais diversos níveis, nacional, regional e local e que utilizem as potencialidades das tecnologias da informação e comunicação para a disponibilização de recursos para os utilizadores.

A nível internacional, o trabalho em colaboração nas bibliotecas nos Estados Unidos da América é uma tradição desde o fim do século XIX, como referem Weston e Vullo (2014). Em 1901, surgiu o primeiro catálogo regional e nas décadas de 50 e 60, do século XX, foram criados diversos consórcios, nomeadamente o OCLC (Online Computer Library Center, Inc.), que evoluíram nos anos 70 para planos de aquisição partilhada, redução de custos e partilha de recursos. Na Europa, este tipo de iniciativas teve início nos anos 90, do século XX, com maior incidência nas tarefas de catalogação. Segundo estes autores foi a perceção da necessidade de rentabilização de recursos, com benefício para todos, que motivou esta atitude (Weston e Vullo 2014).

Os objetivos da rede podem ser materiais, como por exemplo a construção de algo concreto, um serviço, podem ser imateriais, como a definição de modelos, conceitos e por fim, podem ser estratégicos. Desde sempre que a gestão das bibliotecas não se confinou a desenvolver projetos tecnológicos locais como a construção de um catálogo *online*. As bibliotecas têm trabalhado as redes de comunicação com os seus utilizadores e têm realizado parcerias com outras instituições, como refere Saorín Pérez (2004), a biblioteca é um nó de rede. As bibliotecas colaboram com outras e integram nos seus sistemas acesso a catálogos, recursos e serviços de informação de outras bibliotecas (Crawford e Gorman 2004).

Para que a colaboração entre as bibliotecas seja bem-sucedida, é necessário que haja tecnologia apropriada; recursos financeiros complementares e o objetivo, ou pelo menos a vontade, de adotar normas bibliográficas e técnicas comuns (Weston e Vullo 2014). Khalid (1996) afirmou que uma rede de bibliotecas tem sucesso quando há uma política definida e, a nível operacional, normas acordadas nas áreas técnicas e no empréstimo interbibliotecas. Assim como, as coleções de cada biblioteca devem ser complementares, para reforçar os recursos de informação, o *workflow* dos procedimentos deve ser executado em tempo útil; os recursos informacionais devem estar atualizados e as infraestruturas tecnológicas devem ser fiáveis.

As mudanças do paradigma da informação do contexto físico para o digital, fizeram desenvolver nas bibliotecas uma nova dinâmica nos serviços de informação. Esta realidade afetou o conceito de bibliotecas em rede, que apresentou novos desafios para o quotidiano dos utilizadores. Surgem os portais de informação em plataformas digitais, criados por redes de bibliotecas, que são um sistema de informação agregador de serviços, oferecendo soluções para os problemas de excesso de informação na Internet, dando possibilidade de gerar um ponto de acesso direto a pesquisas temáticas e orientadas. Sánchez e Sorín (2001) apresentaram alguns objetivos que devem estar contidos num portal agregador de informação digital, desde o combater a sobrecarga de informação dos utilizadores, permitir que os utilizadores controlem o seu fluxo de informação e, simultaneamente, servir como veículo de colaboração entre utilizadores e apoiar iniciativas à distância; apoiar as literacias; etc. Amândio (2011) defendeu que o grande desafio da biblioteca digital pressupõe uma *biblioteca-rede* que é constituída por partes de muitas redes de informação, às que se dá acesso, baseada na cooperação bibliotecária e apoiada em tecnologias da informação e comunicação.

A implantação de uma rede não é apenas estabelecer uma ligação, do ponto de vista tecnológico, mas o que é mais relevante é o comportamento humano. O desenvolvimento de uma rede humana é sempre mais favorável para potenciar a rede tecnológica (Owen 1996).

**2.2 Cooperação e redes de bibliotecas em Espanha**

A Espanha possui redes de bibliotecas muito consolidadas (bibliotecas das comunidades autónomas, bibliotecas universitárias, bibliotecas municipais, etc.) e percebeu a necessidade de coordenar e cooperar com todas as bibliotecas apesar das diferenças e das distintas etapas de desenvolvimento entre elas. Em março de 2008, foi criado o Conselho de Cooperação Bibliotecária (CCB), que é um mecanismo que congrega a cooperação bibliotecária entre as administrações públicas, onde se incluem todas as bibliotecas públicas, universitárias, especializadas, nacionais e regionais. Trata-se de um projeto com composição interadministrativa, dependente do Ministério da Cultura de Espanha. Visa promover a integração dos sistemas bibliotecários de titularidade pública no Sistema Espanhol de Bibliotecas; elaborar planos para promover o desenvolvimento e a melhoria das condições das bibliotecas e dos serviços; promover e fomentar o intercâmbio e a formação profissional; informar sobre as disposições legais e regulamentares que afetam as bibliotecas espanholas; propor projetos; estudos e desenvolvimento de atividades relacionadas com as bibliotecas (Espanha. Ministério de Cultura e Desporto 2020). Este Conselho é um órgão que orienta a política para o desenvolvimento e a melhoria das bibliotecas e dos seus serviços, para lhes dar visibilidade, para que alcancem toda a população espanhola e se convertam em serviços imprescindíveis.

Este Conselho, já depois de entrar em funcionamento, redigiu um manual para melhor concretizar os princípios básicos e melhorara a qualidade da comunicação entre os diferentes órgãos e grupos que fazem parte do conselho, no sentido de agilizar os procedimentos de trabalho (Espanha. Ministério de Cultura e Desporto 2020). Fazem parte do Conselho, por um lado, as comissões técnicas de cooperação especializadas em bibliotecas escolares, públicas, universitárias, e nacionais/regionais, e por outro, vários grupos de trabalho com funções diferentes que visam apoiar projetos, redigir recomendações e documentos para melhorar o desempenho profissional, etc.

Faz parte deste Conselho a rede *Sistema Andaluz de Bibliotecas y Centros de Documentación* da Junta de Andalucía, Consejería de Cultura y Patrimonio Histórico (2020). Apresenta-se resumidamente a rede, porque se situa geograficamente na fronteira com a região do Algarve, onde foi criada a Rede Intermunicipal das Bibliotecas do Algarve.

O *Sistema Andaluz de Bibliotecas e Centros de Documentação* é o conjunto de órgãos, centros e meios de comunicação, que visa garantir o melhor uso das atividades culturais e de informação e de todos os recursos bibliotecários e documentais, através da coordenação e cooperação entre os seus órgãos. É composto pelos organismos: Ministério da Cultura; Ministério Andaluz de Bibliotecas e Centros de Documentação; Biblioteca de Andaluzia; Bibliotecas Públicas do Estado- Bibliotecas Provinciais de Andaluzia; Bibliotecas Públicas Municipais e supramunicipais; Bibliotecas Universitárias e Centros de Documentação; Bibliotecas Escolares e Bibliotecas e Centros de Documentação de uso público; Bibliotecas e Centros de Documentação de uso privado.

O sistema estrutura-se a partir de uma instituição central, que é a Biblioteca de Andaluzia (Granada) constituído por duas redes: *Red de Bibliotecas Públicas de Andalucía* (bibliotecas públicas do estado - bibliotecas provinciais, bibliotecas supramunicipais, bibliotecas municipais e bibliotecas de bairros, serviços móveis de bibliotecas e por bibliotecas privadas para uso público) e a *Red de Centros de Documentación y Bibliotecas Especializadas de Andalucía. Red IDEA* (centros de documentação e bibliotecas especializadas da Junta de Andaluzia, centros de documentação e bibliotecas especializadas de uso privado, bibliotecas de universidades públicas andaluzas) (Junta de Andalucía. Consejería de Cultura y Patrimonio Histórico 2020).

Como já referido, os objetivos principais deste sistema visam o melhor uso das atividades culturais e de informação e de todos os recursos bibliotecários e documentais, através da coordenação e cooperação entre todas as bibliotecas. Este sistema funciona há cerca de uma dezena de anos, o que permitiu criar múltiplos benefícios às bibliotecas, desde a criação de um portal com serviços e catálogos *online*, o desenvolvimento de projetos dedicados à rentabilização de recursos documentais e de novas tecnologias e no domínio da cultura, a rentabilização sustentada de atividades culturais. Realça-se a possibilidade de consulta do catálogo conjunto de fundos bibliográficos de 705 bibliotecas da [*Red Pública de Andalucía*](http://www.juntadeandalucia.es/cultura/ba/red-bibliotecas-publicas-andalucia.php) e de 155 centros especializados e de documentação da [*Red IDEA*](http://www.redidea.es/)*.*

**2.3. Cooperação e redes de bibliotecas em Portugal**

Em Portugal, surgiram vários projetos de cooperação para a implementação de tecnologias, catálogos, sistemas de rede com muitas finalidades e de muitas tipologias. Enunciam-se as primeiras redes significativas que surgiram na área das bibliotecas e da documentação:

* Base Nacional de Dados Bibliográficos (PORBASE), criada em 1986. É o catálogo coletivo em linha das bibliotecas portuguesas, constituindo a maior base de dados bibliográficos do país, na qual colaboram a Biblioteca Nacional de Portugal (coordenador) e mais de 170 bibliotecas portuguesas de variados tipos e dimensões, tanto públicas como privadas. Disponível ao público desde maio de 1988 (Pires 2003);
* Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP), criada em 1987, com o objetivo de dotar todos os municípios portugueses de uma biblioteca pública. No âmbito desse Programa, a DGLAB tem vindo a apoiar técnica e financeiramente os municípios na criação e instalação de bibliotecas públicas. Atualmente fazem parte desta rede 239 bibliotecas (Pires 2003; Portugal. Ministério da Cultura 2020);
* Consórcio do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB) com 17 Câmaras Municipais- Rede Informática de Leitura Pública (RILP), criado em 1992 (Pires 2003); não se encontra em atividade;
* Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) criada em 1996, pelos Ministérios da Educação e da Cultura, com o objetivo de instalar e desenvolver bibliotecas em escolas públicas de todos os níveis de ensino, disponibilizando aos utilizadores os recursos necessários à leitura, ao acesso, ao uso e produção da informação em suporte analógico, eletrónico e digital (Portugal. Ministério da Educação 2020);
* Rede Universitária de Bibliotecas e Informação (RUBI), 1997, pretendeu partilhar recursos e proporcionar de forma progressiva e através de novas formas de cooperação, a Gestão Integrada da Informação nas bibliotecas das universidades (Portugal. Ministério da Educação 2020). O projeto para esta rede não teve continuação, por impedimentos vários das reitorias das universidades e cessou em 2000 (Rodrigues 2017);
* Redes Concelhias de Bibliotecas (RCB), formadas com o apoio do Gabinete da RBE que pretendia apoiar financeiramente as equipas das bibliotecas escolares para a produção de catálogos informatizados e incentivando às práticas de cooperação entre bibliotecas localizadas no mesmo concelho, municipais, escolares, etc. (Amândio 2011; Fernandes 2007; Gonçalves e Correia 2018);
* B-on: Biblioteca do Conhecimento On-line (2004). É um portal que permite o acesso a milhares de publicações eletrónicas de editoras de referência internacional nas principais áreas de investigação científica e académica. A Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN) faz a gestão técnica e operacional da b-on (Costa 2014). Reúne instituições de tipologias diversas: ensino superior, investigação científica e desenvolvimento tecnológico, hospitalares, administração pública e privadas sem fins lucrativos.
* Rede Portuguesa de Bibliotecas do Ensino Superior - O Grupo de Trabalho das Bibliotecas do Ensino Superior (GT-BES, no âmbito da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas) em contactos com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em 2016, constituiu um grupo de trabalho que apresentou um documento para a sua constituição e gestão, em 2017-2018, mas ainda aguarda a possibilidade de se constituir como rede (Rodrigues 2017).

Ao longo dos tempos, foram criadas outras redes no país, nomeadamente a *Rede de Bibliotecas de Lisboa (Rede BLX)*, em 2014 (Gaspar e Silvestre 2018), implementando uma metodologia de modelo de gestão partilhada das bibliotecas municipais, entre a Câmara Municipal e Juntas de Freguesia. Por todo o país organizam-se redes concelhias de bibliotecas, entre as municipais, escolares e por vezes incluindo alguma biblioteca universitária existente no concelho.

Após vinte anos de criação da RNBP, a Direção Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB), que a tutela, fez um balanço e uma reflexão sobre os resultados fornecidos por um estudo efetuado em 2008, em que se analisou o grau de cumprimento das recomendações da DGLB e da IFLA pelas bibliotecas públicas. As conclusões a que chegou não foram muito animadoras, porque a generalidade das bibliotecas não cumpriu os parâmetros mínimos recomendados relativamente a recursos de informação, humanos e tecnológicos, etc. (Oleiro e Heitor 2010).

Vários autores apresentaram trabalhos de reflexão sobre a consolidação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas em Portugal, ao longo dos anos. Nunes (2007) refere que o conceito de rede, designando a RNBP, funcionou ao nível da edificação das infraestruturas e da reunião das condições básicas de funcionamento, construção dos edifícios, aquisição de mobiliário, equipamentos e coleções e recursos humanos, mas este conceito deixou de ser aplicado a partir do momento em que as bibliotecas foram abertas ao público e ficaram a depender financeiramente e tecnicamente dos municípios. Cada município geriu a biblioteca conforme as políticas adotadas e os recursos financeiros que possuía, acrescido dos desiguais apoios dos diversos governos nacionais.

Pereira (2013) identificou os constrangimentos que, desde a fase inicial, afetaram a consolidação da rede e a sua capacidade de adaptação organizacional às mudanças, trazidas pelo novo contexto informacional e tecnológico. A grande questão que apontou foi a falta de cooperação das bibliotecas em rede, apesar de todos os relatórios (Moura *et al*. 1986; Moura *et al*. 1996) focarem essa necessidade de trabalho conjunto para cumprir objetivos, oferecer serviços de qualidade, partilhar recursos e serviços e ter uma cooperação mais formal a nível de bibliotecas concelhias. A figura de consórcio foi, também, defendida para gerir a rede do ponto de vista técnico e financeiro. Regedor (2014) salienta que um aspeto negativo, que detetou na avaliação sobre a RNBP, é o manifesto comportamento individualista das bibliotecas, fator inibidor da cooperação e do funcionamento em rede.

Outro autor (Leal 2015), ao refletir sobre o estado da situação da RNBP, identificou os cenários de futuro e os grandes desafios que se colocam à rede, como a mudança de política pública, cumprimento dos contratos-programa, reformulação do conceito de biblioteca municipal, articulação das bibliotecas municipais em redes regionais, criação de condições para o desenvolvimento sustentável.

A questão da cooperação de redes de bibliotecas públicas, escolares e do ensino superior foi tendo relevância em Portugal no espaço de debate entre os profissionais da informação, durante o 13º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (Grupo de Trabalho da BAD das Bibliotecas de Ensino Superior 2018). Tendo decorrido um painel de discussão, dinamizado pelo grupo de trabalho inserido na Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, sobre esta necessária cooperação, no sentido de compreender as fraquezas e as forças das colaborações já existentes a nível nacional, e refletir sobre as oportunidades e ameaças que as redes podem comportar.

Nos últimos anos, por iniciativa de novas estratégias políticas da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, baseadas no apoio à construção de redes regionais de bibliotecas, foram criadas redes intermunicipais de bibliotecas públicas municipais, operacionalizadas com o apoio da DGLAB, e assentes no território das Comunidades Intermunicipais (CIM) e Áreas Metropolitanas (Eiras 2018). Foram assinados acordos de cooperação entre esta Direção-Geral e os municípios que constituem as diferentes Comunidades Intermunicipais existentes no país. No ano de 2018, estavam criadas e em funcionamento oito redes, com definição de programas de requalificação de serviços adaptados ao panorama biblioteconómico nacional e com projetos de colaboração em andamento. Atualmente, foram constituídos os seguintes acordos de cooperação, envolvendo treze redes (Portugal. Ministério da Cultura 2020): Rede Intermunicipal de Bibliotecas de Leitura Pública do Cávado (2018) (Comunidade Intermunicipal do Cávado, 2018); Rede Intermunicipal de Bibliotecas do Oeste - RIBO (2017) (Comunidade Intermunicipal do Oeste 2020); Rede das Bibliotecas Públicas Municipais do Médio Tejo (2018) (Comunidade Intermunicipal Médio Tejo 2020); Rede de Bibliotecas Municipais da Região de Aveiro (2018) (Almeida 2015); Rede Intermunicipal de Bibliotecas do Baixo Alentejo - RIBBA (2018) (Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo 2020; Guerreiro 2018); Rede Intermunicipal das Bibliotecas das Beiras e Serra da Estrela - RIBBSE (2017) (Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela 2020; Matos, Pinto, e Santana 2018); Rede Intermunicipal de Bibliotecas Municipais da Região de Coimbra- RIB-RC (2017) (Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra 2017); Rede Intermunicipal de Bibliotecas da Lezíria do Tejo - RIBLT (2018) (Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo 2018); Rede Intermunicipal de Bibliotecas do Alentejo Central - RIBAC (2017) (Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central 2014); Rede das Bibliotecas Públicas Municipais do Alto Minho (2018) (Comunidade Intermunicipal do Alto Minho 2020); Rede das Bibliotecas do Algarve - BIBAL (2018) (Comunidade Intermunicipal do Algarve 2020); Rede Intermunicipal das Bibliotecas de Leiria - RIBRL (2019) (Comunidade Intermunicipal de Leiria 2020); Rede Intermunicipal de Bibliotecas do Alto Tâmega (2019) (Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega 2020).

Estes acordos, entre as bibliotecas numa rede intermunicipal, pretendem contribuir para a qualificação dos serviços das bibliotecas públicas, fomentando o trabalho cooperativo e em rede, de modo a consolidar os públicos existentes e a atrair novos utilizadores, com interesses e necessidades diferenciadas, entre muitos outros objetivos.

**2.3.1. Caracterização da Rede Intermunicipal de Bibliotecas do Algarve**

As bibliotecas municipais no Algarve beneficiaram da implementação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, assim como o resto do País. No entanto, apesar do programa ter sido lançado em 1987 (Figueiredo 2004), no Algarve, a primeira biblioteca foi aberta ao público em 1991, em Lagos. Noutros concelhos, até ao final da década, inauguraram-se mais quatro, entre os anos 2000 e 2008, mais doze bibliotecas; e as últimas em 2008, em Castro Marim e Silves. O município de Aljezur não criou, até à data, nenhuma biblioteca. A maioria das bibliotecas da região está integrada na RNBP, com exceção das bibliotecas de Alcoutim, Monchique e Vila do Bispo. As bibliotecas destes três concelhos têm instalações muito reduzidas e o mesmo acontece com os seus recursos humanos. Do pessoal em funções, detêm especialização em Biblioteca e Documentação, a biblioteca de Alcoutim, que possui um assistente técnico.

As bibliotecas municipais da região apoiaram a criação da rede de bibliotecas escolares e continuam a colaborar e a dar apoio técnico. No âmbito desta cooperação, foram criadas redes concelhias em muitos dos concelhos algarvios, que permitem uma maior rentabilização dos recursos existentes (Grupo de Técnicos Superiores das Bibliotecas da Região do Algarve 2018).

Das atividades das bibliotecas beneficiam as escolas, as creches, os lares de terceira idade, centros de saúde, hospitais, estabelecimentos prisionais, associações culturais e vários grupos de projetos concelhios. Com serviços de referência, pesquisa da informação, empréstimo, serviço educativo e programação cultural, as bibliotecas servem a população, de faixas etárias diversificadas e de níveis socioeconómicos distintos, que pode usufruir de atividades de combate à iliteracia e ações culturais diversas (Grupo de Técnicos Superiores das Bibliotecas da Região do Algarve 2018).

Relata-se, seguidamente, a génese da rede BIBAL, através da experiência de uma das autoras deste trabalho, que pertenceu desde o início a este projeto de cooperação, que culminou no Acordo de cooperação intermunicipal, assinado em 2018.

Após a criação ou renovação das bibliotecas municipais nos vários concelhos, no âmbito do Programa da RNBP, surgiu uma fase nova, em que os profissionais sentiram necessidade de se reunirem e de refletirem temas em conjunto, para resolução de questões práticas do interesse de todos.

Com o apoio da Delegação Regional do Sul da BAD, em 2012, iniciaram-se as reuniões, com periodicidade regular, que deram origem à criação de diversos grupos de trabalho em áreas consideradas prioritárias, pelos profissionais das bibliotecas do Algarve, entre elas: política de aquisições de documentos e doações; serviços aos leitores; atividades culturais; novos suportes documentais. Foi, desta forma, instaurada uma dinâmica que contribuiu para o desenvolvimento de uma reflexão conjunta sobre desafios que surgiam, no seio das bibliotecas municipais, e que permitiu avançar para uma comunidade de prática em que todos participavam, incluindo a Biblioteca da Universidade do Algarve.

Nesta nova fase, assim como tinha acontecido anteriormente, foi contactada a Comunidade Intermunicipal do Algarve/AMAL (CIM/AMAL), que desde logo se mostrou interessada em colaborar e disponibilizou as suas instalações para as reuniões do grupo, o que aconteceu em diversas ocasiões.

No decorrer das reuniões, que tiveram lugar, também, nas diversas bibliotecas da região, entre 2012 e 2018, cresceu a vontade de formalizar o grupo através da constituição de uma rede no Algarve, que facilitaria o desenvolvimento de atividades, enquadradas numa estrutura agregadora como a CIM do Algarve/AMAL.

Para além dos contactos individualizados e diretos dos bibliotecários nas autarquias, foi apresentado um documento na Comunidade Intermunicipal, devidamente enquadrado e fundamentado, que propunha a criação da Rede Intermunicipal das Bibliotecas do Algarve - BIBAL. Em simultâneo, beneficiou-se da política da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas que defende e apoia a criação de redes, na área territorial das comunidades intermunicipais no País, o que reforçou a proposta para a criação da rede.

De acordo com o documento apresentado pelo grupo de técnicos superiores, a exercer funções nas bibliotecas municipais e na Biblioteca da Universidade do Algarve, a constituição de uma rede visou desenvolver atividades conjuntas, uma maior rentabilização dos recursos existentes, a criação de serviços comuns às comunidades e promover uma abordagem regional para as atividades desenvolvidas pelas bibliotecas. Foram definidos como objetivos a alcançar os seguintes (Grupo de Técnicos Superiores das Bibliotecas da Região do Algarve 2018): Reforçar e afirmar o papel das bibliotecas para benefício da região; Fomentar uma identidade regional que favoreça o desenvolvimento de projetos comuns; Potenciar o acesso aos recursos bibliográficos e informacionais; Promover o trabalho cooperativo para rentabilizar os investimentos individuais de cada biblioteca: gestão de coleções, projetos e atividades; Melhorar a diversidade e qualidade dos serviços oferecidos às comunidades.

Considerando estes objetivos, o grupo definiu como principais linhas de ação: adotar uma solução que possibilite a pesquisa bibliográfica em simultâneo de todos os catálogos das bibliotecas da rede; estudar projetos a desenvolver com a colaboração do conjunto de bibliotecas; prosseguir com o empréstimo interbibliotecas que contribui para uma maior rentabilização dos recursos bibliográficos; analisar as potencialidades e constrangimentos para que do todo resulte uma melhoria de resultados; promover o envolvimento com a população para que conheça as boas práticas existentes; criar atividades de âmbito regional dando uma visão de conjunto com as vantagens para a população residente e visitantes; promover a qualificação dos recursos humanos das bibliotecas e desenvolver a cooperação a nível de redes nacionais e com outros países.

Os contactos que o grupo estabeleceu com as autarquias e com a AMAL, que aprovou a constituição da rede, culminaram na assinatura de um Acordo de cooperação (Comunidade Intermunicipal do Algarve/AMAL 2018) subscrito, no dia 8 de dezembro de 2018, por todos os autarcas do Algarve, sem exceção, o Presidente da AMAL, o Diretor-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas e o Reitor da Universidade do Algarve, sessão que contou com a presença dos técnicos das bibliotecas membros da rede.

A rede é constituída pelos 16 municípios da região do Algarve e pela Universidade do Algarve. Refere-se que o município de Aljezur pertence à rede, mas não tem criada nenhuma biblioteca municipal. Assim como, as bibliotecas de três municípios, Alcoutim, Monchique e Vila do Bispo que aderiram à BIBAL, não pertencem à RNBP, como já foi referido. Fazem parte da rede BIBAL, os seguintes elementos: Biblioteca Municipal de Albufeira, Biblioteca Municipal de Alcoutim, Biblioteca Municipal de Castro Marim, Biblioteca Municipal de Faro, Biblioteca Municipal de Lagoa, Biblioteca Municipal de Lagos, Biblioteca Municipal de Loulé, Biblioteca Municipal de Monchique, Biblioteca Municipal de Olhão, Biblioteca Municipal de Portimão, Biblioteca Municipal de São Brás de Alportel, Biblioteca Municipal de Silves, Biblioteca Municipal de Tavira, Biblioteca Municipal de Vila do Bispo, Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, Biblioteca da Universidade do Algarve, Município de Aljezur (não tem biblioteca criada).

A assinatura do acordo de cooperação marcou o início de uma nova fase para esta rede. Na primeira reunião, realizada depois da sua assinatura, e cumprindo o que o acordo determinava, foi eleito o Grupo coordenadora, constituído por três técnicos superiores de entre os representantes das dezasseis bibliotecas. A existência desta estrutura contribui com a sua ação, para reforçar a harmonização e a continuidade da cooperação entre as bibliotecas algarvias, com a convocação de reuniões periódicas, a monitorização das tarefas dos Grupos de Trabalho e das atividades conjuntas, bem como, o planeamento de outros projetos que dão corpo aos objetivos previamente definidos. A rede ainda não criou um plano de atividades comum, porque para ser desenvolvido, entre outros constrangimentos, há que ultrapassar as discrepâncias no modo de funcionamento das autarquias.

Do primeiro ano de atividade da BIBAL, resultado de sete reuniões, com uma média de vinte técnicos superiores das bibliotecas presentes, e da colaboração em nove Grupos de Trabalho, foram apresentadas diversas atividades: a elaboração das Normas de funcionamento do grupo apresentadas e aprovadas pela AMAL (BIBAL- Rede de Bibliotecas do Algarve 2019a); a divulgação das bibliotecas e seus serviços através da publicação regular de artigos em periódico regional; a criação de materiais promocionais como um folheto e um *roll-up* a ser colocado em cada uma das bibliotecas; a publicação de todas as programações, numa página do Facebook, criada pela BIBAL; levantamento de agentes culturais, nos concelhos, para estabelecer colaboração e partilha de recursos; e como já tinha acontecido em anos anteriores, em várias bibliotecas, realizou-se em simultâneo a atividade *Uma noite na biblioteca,* para comemorar o Dia Mundial do Livro infantil.

Conforme consta no Plano e Relatório de atividades (BIBAL- Rede de Bibliotecas do Algarve 2019b; 2020) existem outras ações, que se apresentam em seguida, algumas já concretizadas, e outras a serem trabalhadas para implementar nos próximos anos: Norma comum às bibliotecas para o empréstimo de documentos a qualquer utilizador das bibliotecas da região - foi feito o levantamento e a análise de todos os regulamentos das bibliotecas e apresentada uma proposta que já foi aprovada pelo Conselho intermunicipal; Conceção de um Catálogo coletivo - foi preparado um esboço e entregue na CIM/AMAL um projeto para candidatura ao financiamento do SAMA (Sistema de Apoios à Modernização Administrativa), ao qual não foi possível dar seguimento. No entanto, revelou-se muito útil o exercício de análise do problema e o elencar de soluções; Construção de um Wiki algarvio - foram elencados os recursos, a nível humano e tecnológico, necessários para concretizar este projeto tendo em vista a criação de um repositório *online* de informação fidedigna, sobre personalidades algarvias; Formação – foi considerada a importância da formação e atualização profissional de todos os técnicos, para isso, estudou-se a possibilidade de a organizar e ser financiada pelas autarquias; projeto de criação de um *site* como instrumento de dinamização e oferta de serviços comuns de todas as bibliotecas, em preparação para apresentar uma candidatura ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços das Bibliotecas Públicas (PADES) da DGLAB.

**3. Metodologia**

Com este trabalho pretende-se refletir sobre o trabalho de cooperação e em rede das bibliotecas em rede e de cooperação, tendo como caso de estudo a Rede Intermunicipal de Bibliotecas do Algarve - BIBAL, desde o ano em que foi constituída, 2018, até ao final do ano 2019.

Os objetivos específicos que se pretendem atingir visam conhecer melhor as práticas internacionais, sobre o trabalho em rede de bibliotecas de uma região, sobretudo o caso espanhol; a caracterização da BIBAL- Rede Intermunicipal das Bibliotecas do Algarve, através da revisão de literatura e leitura de documentos de trabalho de entidades oficiais; e por fim, conhecer as contribuições, as ameaças, os desafios e as oportunidades propostas à BIBAL, através de um questionário realizado junto de cada responsável de cada núcleo desta rede, para conhecer as suas perspetivas sobre o trabalho de cooperação.

Para estabelecer uma comparação com a atividade das bibliotecas, prévia à assinatura do acordo, foram selecionados alguns indicadores do questionário anual realizado pela DGLAB que se consideraram pertinentes, relativos aos anos 2015 e 2018. A recolha destes dados foi feita junto das diferentes entidades, as bibliotecas municipais (2015) e a DGLAB (2018).

Para a revisão da literatura procedeu-se à pesquisa na base de dados *LISA* (Library and Information Science Abstracts) com uma expressão que abrangeu os termos *Public Libraries, Network, Evaluation, Regional Cooperation*, após 2010 e, também, no portal b-on.

Esta investigação usa dados quantitativos recolhidos pela DGLAB e pelo inquérito por questionário que se aplicou. O inquérito por questionário (anexo 1) teve como objetivo conhecer a perspetiva dos responsáveis e/ou dos bibliotecários da BIBAL quanto às vantagens, benefícios e/ou desvantagens e às consequências de fazerem parte da rede. Os questionários foram realizados em papel e entregues pessoalmente durante uma reunião presencial da BIBAL, no dia 17 de fevereiro de 2020, exceto alguns que foram enviados digitalmente, por correio eletrónico, aos responsáveis das bibliotecas, nos dias seguintes.

Os questionários foram tornados anónimos, mas manteve-se a identificação da biblioteca. Foi referido que seriam tratados com a maior confidencialidade e que nenhum indivíduo seria identificado. Foram colocadas questões de opinião sobre diversos temas para classificar e avaliar. A escala de medida utilizada foi a métrica *Escala Likert*, que é das mais utilizadas nas Ciências Sociais, especialmente em levantamentos de atitudes, opiniões e avaliações, pois, através dela, solicita-se ao respondente que avalie um fenómeno numa escala com várias alternativas. Para as perguntas em aberto do questionário, não foi necessário proceder a análise de conteúdo por não haver respostas significativas. O tratamento estatístico dos dados dos questionários foi trabalhado com o programa do Microsoft Excel.

**4. Resultados e Discussão**

Dos 16 municípios que constituem a rede BIBAL, apenas três não responderam- um município porque não tem criada a biblioteca, mais outros dois municípios. No total responderam 13 bibliotecas municipais, mais a Biblioteca da Universidade do Algarve, que perfaz um universo de catorze respostas ao questionário. Um dos inquiridos respondeu só à questão 2.2, não preenchendo o restante questionário.

À questão sobre, se antes da adesão à rede, a biblioteca trabalhava regularmente em parceria com instituições, 13 bibliotecas responderam afirmativamente e uma respondeu que não.

Seguidamente, solicitou-se aos responsáveis das bibliotecas da rede para expressarem o grau de ocorrência das parcerias das bibliotecas com outras instituições (gráfico 2), sendo 1 nunca, 2 algumas vezes, 3 muitas vezes, 4 sempre.

1 Nunca

2 Algumas vezes

3 Muitas vezes

4 Sempre

Gráfico 2: Parcerias das bibliotecas com instituições - média das respostas, 2020

No gráfico 2, observa-se as médias das respostas à questão das parcerias das bibliotecas com outras instituições do seu concelho/região. A parceria com as bibliotecas escolares e estabelecimento de ensino destaca-se com média 3,7 (escala 1 a 4), seguida da parceria com associações com média 3, lares e centros de dia com 2,7, organizações não-governamentais com 2,4, museus 2,1, arquivos 1,9, centros de saúde e outros 1,7, hospitais com 1,6 e por fim, estabelecimentos prisionais 1,5 de média.

Como já foi mencionado, não pertencem à RNBP, três das bibliotecas que responderam em 2020 ao questionário relativo a este trabalho e, também, a Biblioteca da Universidade. Portanto, quando são mencionadas as respostas com os dados dos Relatórios da DGLAB tem que se ter em consideração esta situação, nomeadamente na interpretação do gráfico 3.

Gráfico 3: Percentagem de serviços das bibliotecas do Algarve/RBNP à comunidade, anos de 2015 e 2018.

Tomando os dados dos Relatórios estatísticos da DGLAB (Portugal. Ministério da Cultura 2020) sobre as parcerias com instituições (gráfico 3), destaca-se a relação com as bibliotecas escolares, que já existia e era relevante com um valor de 75% em 2015, aumentou para 92% em 2018 e mantém-se em 2020 na grande maioria das bibliotecas, com a média mais alta de 3,7 (escala 1 a 4). Sem dúvida que é a parceria mais natural e efetiva que as bibliotecas estabelecem entre as várias tipologias de bibliotecas, desde sempre.

A média de parcerias com associações locais e regionais, surge em 2020, em segundo lugar com média de 3 (escala 1 a 4).

Em seguida, surge a colaboração com lares e centros de dia e tendo em conta a alta taxa de envelhecimento da população na região (tabela 2), pode deduzir-se que é uma aposta correta neste tipo de parcerias que as bibliotecas estabelecem. O número aumentou em 2018 e em 2020 com média de 2,7 (escala 1 a 4), surgindo em terceiro lugar no gráfico 2. Deste modo, este grupo etário, que frequenta ou reside em instituições/lares, pode encontrar nas atividades da biblioteca um motivo de estimular a distração ou ocupação do tempo ou outras atividades.

Com menor destaque é a colaboração com estabelecimentos prisionais, o que é expectável por existirem no Algarve apenas três estabelecimentos: Faro, Olhão e Silves. Observa-se que em 2015 havia atividades em todos estes estabelecimentos, uma não prosseguiu com este serviço e em 2020 apenas uma biblioteca refere que trabalha muitas vezes com estas instituições, com média de 1,5 (escala 1 a 4), sendo a parceria menos referenciada.

Os serviços junto dos centros de saúde e hospitais são quase inexistentes, só uma percentagem diminuta, quer em 2015 (17%), quer em 2018 (15%), assinala que existe colaboração junto dos utentes destes equipamentos, que são muito utilizados por grande parte da população. Em 2020, a média de parcerias com os centros de saúde é de 1,7 (escala 1 a 4) e dos hospitais 1,6, que ficam abaixo das parcerias efetuados com organizações não-governamentais (2,4), com os museus (2,1), e com os arquivos (1,9). Está a ser equacionada a intensificação destas parcerias para divulgação da BIBAL junto dos utentes dos centros de saúde.

O indicador sobre atividades com outras entidades, abrange qualquer colaboração para além das já detalhadas, mostra que metade das bibliotecas (52%) em 2015, e (46%) em 2018, estabeleceram contactos com diferentes instituições inseridas na região.

No questionário lançado em 2020, a terceira pergunta inquiria se as parcerias com as instituições analisadas tinham prosseguido e foi respondida afirmativamente pela grande maioria das bibliotecas (12), comentando que houve continuidade nas parcerias antes estabelecidas.

Quis-se conhecer qual a perceção dos profissionais das bibliotecas quanto aos desafios que se colocam com a adesão à BIBAL, na área da gestão e planeamento em diferentes setores, para o que tinham de selecionar entre 1 nada desafiante, 2 desafiante ou 3 muito desafiante (gráfico 4).

Gráfico 4: Áreas com maiores desafios no planeamento da biblioteca - média de respostas

As respostas recolhidas mostram que as áreas com uma maior média (2,2) (escala 1 a 3) são a social, cultural e tecnológica, com uma pequena diferença da área financeira/económica, seguindo-se a legal, a ecológica/ambiental e por último a política (1,8).

Pode considerar-se que, de um modo geral, as áreas da cultura, da parte social e da tecnologia são encaradas pelos profissionais como importantes na atualidade, sendo os desafios menos atraentes e pouco desafiantes das questões ligadas à ecologia e ao ambiente e mesmo as questões políticas. É interessante perceber que nenhuma destas áreas foi considerada *Muito Desafiante* pelos profissionais das bibliotecas. Na pergunta aberta, quando se perguntou outros desafios, não se obteve nenhuma resposta.

Estes resultados, visualizados no gráfico 4, demonstram que os profissionais das bibliotecas, com a adesão à rede, estão com vontade de melhorar a função cultural e social das suas bibliotecas, indicando-os como desafios comuns. É uma resposta cooperativa para resolver os problemas da comunidade. Estes profissionais esperam da rede uma oportunidade para trabalharem melhor as bibliotecas enquanto espaços de encontro social e de reunião e para o progresso cultural e artístico da comunidade (IFLA/UNESCO 2001).

Apesar da existência da rede formal BIBAL não ser muito longa (um ano e três meses quando aplicado o questionário deste estudo), é interessante conhecer o que é considerado pelos profissionais das bibliotecas como vantajoso com a adesão à rede.

As respostas à questão sobre as vantagens de adesão à BIBAL são visualizadas na tabela 5 (1 Nenhuma vantagem, 2 Algumas vantagens, 3 Muitas vantagens).

Tabela 5: Vantagens de adesão à BIBAL - média das respostas

|  |  |
| --- | --- |
| Maior colaboração entre as bibliotecas | 2,58 |
| Desenvolvimento de projetos conjuntos | 2,58 |
|  Desenvolvimento de programas conjuntos | 2,54 |
| Gera uma comunidade empenhada em torno das bibliotecas/utilizadores | 2,45 |
| Desenvolvimento da cultura regional | 2,36 |
| Maior colaboração entre os municípios | 2,25 |
| Obtém-se financiamento para projetos/serviços/programas | 2,17 |
| Desenvolvimento de programas/serviços sustentáveis /Agenda 2030 | 2,17 |
| Maior diversidade na oferta de atividades/serviços aos utilizadores | 2,15 |
| Permite uma melhor sintonia entre as políticas dos municípios da rede | 2 |
| Melhor planeamento das atividades | 2 |
| Presta-se um serviço público de qualidade | 2 |
| Maior rentabilização de recursos financeiros | 1,92 |
| Proporciona formação técnica diversificada p/recursos humanos | 1,91 |
| Partilha de recursos tecnológicos | 1,64 |
| Maior rentabilização de recursos humanos | 1,55 |
| Reforça a equipa técnica da biblioteca | 1,27 |

Os itens mais valorizados, em média, foram: o desenvolvimento de projetos conjuntos e a maior colaboração entre as bibliotecas (ambos com uma média de 2,58) (escala 1 a 3); o desenvolvimento de programas conjuntos (2,54); a influência na comunidade porque a torna mais empenhada em torno das bibliotecas/utilizadores (2,45); o desenvolvimento da cultura regional (2,36); a maior colaboração entre os municípios (2,25); o desenvolvimento de programas/serviços sustentáveis/Agenda 2020 e a obtenção de financiamento para projetos/serviços/programas (2,17); permite uma maior diversidade de oferta de atividades/serviços aos utilizadores (2,15); com a média de 2 a prestação de um serviço público de qualidade, um melhor planeamento de atividades e permite uma melhor sintonia entre as políticas dos municípios da rede; com um menor número de respostas foram assinaladas a maior rentabilização de recursos financeiros (1,92); proporciona formação técnica diversificada para os recursos humanos (1,91); a partilha de recursos tecnológicos (1,64); a maior rentabilização de recursos humanos (1,55) e por último o reforço da equipa técnica da biblioteca (1,27).

As vantagens na adesão à rede BIBAL, avaliadas pelos membros, revelam que existe um reconhecimento quanto ao espírito de colaboração dos profissionais, nomeadamente em vantagens em organizar projetos e programas conjuntos, o que se considera muito positivo, ao contrário do que referem Pereira (2013) e Regedor (2014) quanto ao funcionamento habitual das redes que, em geral, revelam a individualidade de cada membro das mesmas.

Estes resultados, visualizados na tabela 5, demonstram que os profissionais destas bibliotecas dão importância, enquanto rede, às ações de cooperação e colaboração, acompanhando a lógica atual de operações e processos na produção de cultura na região, privilegiando a morfologia social das comunidades, dominantemente desenhadas em rede.

Outra das vantagens de adesão à rede BIBAL, mencionada com uma boa classificação, foi a gestação de uma comunidade empenhada em torno das bibliotecas/utilizadores, embrenhadas na cultura local. A biblioteca pública é uma instituição fundamental no seu contexto geográfico que preserva, promove e dinamiza a cultura local de várias formas (IFLA/UNESCO 2001). Esta situação está explícita no plano de atividades da BIBAL, quando afirmam que pretendem conceber um wiki algarvio sobre personalidades algarvias. No mesmo plano de ação (2018) é referida a vontade de apresentar um projeto à Candidatura ao PADES (DGLAB), nitidamente esta é uma das vantagens de adesão à rede para a obtenção de financiamento para projetos/serviços/programas, como referido nos resultados.

Sobre as ameaças e problemas que as bibliotecas enfrentam no trabalho na rede BIBAL, a média das respostas pode ser visualizada no gráfico 5 (1 Pouco importante, 2 Importante, 3 Muito importante).

Gráfico 5: Ameaças/problemas ao trabalho em rede - médias das respostas

As ameaças mais classificadas pelos técnicos das bibliotecas foram a falta de apoio do município e a falta de recursos humanos, que obtiveram a média mais alta (2,7) (escala 1 a 3), logo seguida com 2,6 da ameaça da pouca compreensão e de apoio dos políticos das autarquias. Ao mesmo nível de média 2,5 estão as ameaças: falta de projetos sustentáveis, falta de estratégia da rede, falta de novas ideias/projetos e de uma cultura inovadora, dificuldades financeiras e por último a desmotivação da equipa das bibliotecas.

Todos os itens de ameaças/problemas propostos foram classificados como importantes no trabalho na rede. São na realidade problemas e receios que têm de ser enfrentados no futuro.  Na pergunta aberta, colocada no questionário, sobre a existência de outras ameaças, nada foi explicitado pelos profissionais.

Apesar de este estudo sobre a rede BIBAL, pela sua dimensão e pela abordagem, não permitir fazer generalizações, realça-se que as ameaças mais pontuadas coincidem com o estudo de Nunes (2007), efetuado já há muitos anos atrás. Esta autora concluiu, na altura, que o funcionamento da RNBP falhou quando as bibliotecas, apoiadas a nível central, em parceria com as autarquias, na sua edificação e constituição de fundos documentais, ficaram à mercê das políticas individuais de cada município e da capacidade dos mesmos, para além das políticas nacionais. As ameaças designadas como falta de apoio do município e a falta de recursos humanos estão atualmente ainda dependentes de decisões das autarquias. Esta ameaça de falta de financiamento municipal e de recursos humanos, também se reproduz a nível intermunicipal e reflete-se na rede BIBAL. Como se refere nas diretivas da IFLA (2001), são necessárias condições logísticas, financeiras e meios técnicos para se desenvolverem projetos comuns numa rede.

Mas os profissionais designam, também, como potencial ameaça ao seu trabalho de cooperação a falta de compreensão e de apoio por parte dos políticos. Não é referido se estão a nomear os políticos locais, intermunicipais ou nacionais. Foi prova de boa vontade política o facto de se proceder à assinatura do acordo entre as diversas entidades locais e nacionais. Com o elencar dos objetivos propostos pela BIBAL, já enunciados, será necessário que os políticos intervenham de variadas formas para os concretizar, para além de todo o esforço técnico, e outro, dos elementos da rede. A falta de colaboração por parte da classe política, que decide sobre os recursos financeiros a atribuir e deliberar sobre propostas e planos, pode ser uma verdadeira ameaça ao futuro trabalho da rede (Weston e Vullo 2014).

Quanto à avaliação global da adesão da biblioteca à rede BIBAL as respostas podem ser visualizadas na tabela 6 (1 Nada relevante, 2 Pouco relevante, 3 Relevante, 4 Muito relevante).

Tabela 6: Avaliação global da adesão à BIBAL - média de respostas

|  |  |
| --- | --- |
| Divulga atividades do Grupo de Trabalho da BIBAL (GT-BIBAL), através da participação em encontros, seminários, ações de formação e edição de publicações | 3,54 |
| Cria e difunde uma marca que defina a identidade da BIBAL | 3,54 |
| Difunde iniciativas realizadas, através de diferentes suportes de informação, de modo a divulgar a BIBAL perante as comunidades | 3,46 |
| Promove a criação procedimentos comuns uniformizados respeitando o princípio da equidade intermunicipal que conduzem à promoção da identidade regional enquanto comunidade | 3,42 |
| Realiza projetos comuns de apoio às comunidades através da execução de programas em diferentes áreas, promovendo a qualidade de vida, em diálogo com as instituições de diferentes agentes de intervenção local, fomentando a dinâmica do trabalho e parcerias efetivas | 3,33 |
| Dá cumprimento aos objetivos do Plano de Atividades do GT | 3,33 |
| Cria e dá continuidade à organização e gestão projetos de intervenção e cooperação na área das bibliotecas | 3,25 |
| Contribui p/processo de modernização administrativa e técnica tornando os processos mais eficientes | 3 |
| Desenvolve c/bibliotecas e entidades formadoras atividades de formação e autoformação nos domínios da CID, promoção das literacias, cidadania, TIC, etc. | 3 |
| Promove cooperação c/ redes nacionais/Internacionais | 2,92 |

As respostas dadas pelos profissionais revelam que o relevante na avaliação que fazem da adesão à BIBAL é, em primeiro lugar, a questão da divulgação de atividades do Grupo de Trabalho da BIBAL (GT-BIBAL), através da participação em encontros, seminários, ações de formação e edição de publicações, com 3, 54 de média de respostas (escala 1 a 4), assim como a criação e difusão de uma marca que define a identidade da BIBAL. Segue-se o item difusão de iniciativas realizadas, através de diferentes suportes de informação, de modo a divulgar a BIBAL perante as comunidades com média de 3,46; promover a criação de procedimentos comuns uniformizados respeitando o princípio da equidade intermunicipal que conduzem à promoção da identidade regional enquanto comunidade com 3,42; realizar projetos comuns de apoio às comunidades através da execução de programas de diferentes áreas, promovendo a qualidade de vida, em diálogo com as instituições de diferentes agentes de intervenção local, fomentando dinâmica do trabalho e parcerias efetivas e dar cumprimento aos objetivos do plano de atividades do Grupo de Trabalho com média 3,3; criar e dar continuidade à organização e gestão de projetos de intervenção e cooperação na área das bibliotecas com 3,25; contribuir para o processo de modernização administrativa e técnica tornando os processos mais eficientes com 3; desenvolver com as bibliotecas e entidades formadoras atividades de formação e autoformação nos domínios da área CID, promoção das literacias, cidadania, TIC, etc., também com média de 3; e por fim, promove a cooperação com redes nacionais e internacionais com 2,9 de média.

Na avaliação sobre a adesão das bibliotecas à rede BIBAL, como referem Weston e Vullo (2014), a visão dos profissionais é muito positiva sobre os benefícios, porque podem alcançar novas oportunidades, derivado do esforço de cada elemento, reforçando a imagem da rede. Como se pode observar noutras redes, nomeadamente na rede *Sistema Andaluz de Bibliotecas y Centros de Documentación* da Junta de Andalucía, Consejería de Cultura y Patrimonio Histórico (2020), as redes permitem desenvolver planos e projetos cooperativos, procedimentos comuns, implementação de novos serviços, formação de recursos humanos, etc. (Amândio 2011; Weston e Vullo 2014; Crawford e Gorman 2004). O valor criado em conjunto, na rede, é o resultado das capacidades individuais de cada biblioteca (Khalid 1996).

A última questão colocada foi sobre o tipo de apoio que a DGLAB pode oferecer à BIBAL, que pode ser visualizada no gráfico 6 (1 Nada relevante, 2 Pouco relevante, 3 Relevante, 4 Muito relevante).

Gráfico 6: Apoio da DGLAB à rede BIBAL - média de respostas

As áreas contidas na questão sobre a opinião dos profissionais relativamente ao apoio da DGLAB à BIBAL, consideradas mais relevantes, são a sua capacidade de influenciar a nível autárquico e na comunidade intermunicipal, a oferta ou disponibilização de formação para os colaboradores das bibliotecas e apoio financeiro a projetos, com uma média de 3,9 (escala de 1 a 4). A divulgação de oportunidades para as bibliotecas, com 3,7, revela que há a expectativa que a DGLAB, como instituição nacional para apoiar as bibliotecas públicas, poderá ter conhecimento e capacidade de divulgação de informação pertinente e de diversas proveniências. O item seguinte, divulgação de iniciativas de redes nacionais ou estrangeiras, com a média de 3,2, advém do anterior, já que para além das oportunidades, as práticas e iniciativas de outras redes poderão ser replicadas na BIBAL, adaptadas à realidade regional. Com igual média 3,2 é considerado o seu parecer para avaliar projetos. Estes resultados mostram que os profissionais das bibliotecas desejam uma colaboração profícua da DGLAB com a Rede Intermunicipal de Bibliotecas do Algarve, desejando receber um conjunto de benefícios que possam contribuir para uma evolução segura e um desenvolvimento adequado da rede e do seu trabalho nas comunidades.

O trabalho em rede não tem grande tradição em Portugal, como acontece noutros países, as experiências nacionais não têm recolhido grandes apoios a nível político, no governo central ou nas regiões. A IFLA (2001) recomendou aos gestores das bibliotecas que estabeleçam redes de diversos níveis, desde as locais, regionais às nacionais. O apoio da DGLAB para a criação de redes nas comunidades intermunicipais é uma ação política ainda muito recente (Eiras 2018), sendo uma oportunidade a rentabilizar pelas bibliotecas municipais. A experiência de outras redes e de outras bibliotecas, na rede intermunicipal, poderá servir de orientação nas ações a desenvolver. A cooperação é, também, um processo de aprendizagem que é necessário ser percorrido por todos.

Em 2019, foram realizados vários contratos entre a DGLAB e algumas Comunidades Intermunicipais, no âmbito do programa PADES. A BIBAL iniciou a preparação de um projeto para submeter a este programa, em 2019, que não foi concretizado, mas irá fazê-lo futuramente (BIBAL- Rede de Bibliotecas do Algarve 2019b).

Os profissionais têm a perceção de que é muito importante este nó na rede - o apoio da DGLAB, pois, consideraram como mais relevantes a capacidade desta Direção-Geral de influenciar quer a nível autárquico quer na Comunidade intermunicipal, assim como a oferta ou disponibilização de formação para os colaboradores das bibliotecas e por fim, o apoio financeiro a projetos.

**Conclusões**

A breve caracterização da região do Algarve, na introdução, revela que, como acontece em todo o País, há um envelhecimento da população, sobretudo nas zonas do interior, como no caso da serra algarvia, para além das assimetrias existentes no setor económico, entre outros. Na atividade produtiva, o turismo tem um peso acentuado, que se confirma pelo seu tecido empresarial em grande parte do setor terciário, apesar de outras áreas como a agricultura, a pesca, a construção civil e o comércio terem um papel relevante. As estatísticas da cultura mostram um crescimento no investimento na cultura, em geral, e, também, nas bibliotecas da região. No entanto, muitas vezes essas despesas são direcionadas para o setor da cultura com uma maior preocupação com o turismo em detrimento da população local.

Os indicadores estatísticos, nos relatórios da DGLAB relativos às bibliotecas do Algarve, têm resultados melhores que a globalidade nacional, mas não significa que não haja problemas regionais. Por exemplo, a inexistência de bibliotecas mais apetrechadas nas zonas onde há maior assimetria regional e diminuição e envelhecimento da população, como Alcoutim, Monchique e Vila do Bispo, para além de Aljezur que não dispõe de biblioteca, diminui a possibilidade de utilização de serviços mais atualizados. Há, também, um problema na região com a dificuldade de acesso físico às bibliotecas, por parte destas populações mais isoladas e envelhecidas.

A história da génese da BIBAL, como se pode ler no subcapítulo 2.3.1, muito antes da ação da DGLAB apoiar a criação de redes intermunicipais, demonstra a vontade e iniciativa dos profissionais, das bibliotecas dos municípios e da biblioteca da Universidade, em desenvolver políticas de colaboração e de formar parcerias entre as instituições de que fazem parte. No início, não existiu nenhuma interferência do poder local e central, o que moveu esses profissionais foi o desejo de construção de uma rede regional, para tentar resolver problemas e ter uma resposta cooperativa para os resolver. A sintonia de interesses e objetivos conduziram ao amadurecer desta ideia, que foi efetivada quando encontrou junto do poder político local, regional e central, uma resposta positiva, que se concretizou com a assinatura do acordo que envolveu não só os municípios mas, também, a DGLAB  e a Universidade do Algarve. De destacar outras instituições envolvidas, como a CIM/AMAL que entendeu a proposta das bibliotecas municipais em criar uma rede de cooperação, que para além de ser geográfica, é sobretudo uma rede com as mesmas finalidades e objetivos, reforçando as bibliotecas como corpo único a desenvolver serviços idênticos em benefício da população da região, potenciando os recursos individuais de cada município.

Ainda neste subcapítulo, de destacar os objetivos da rede BIBAL para os próximos tempos, que se consideram bem delineados e orientados para um trabalho coletivo e colaborativo,  nomeadamente, o estabelecimento de normas comuns para as bibliotecas; a constituição de um  catálogo coletivo; a construção de um wiki algarvio; a organização de ações de formação e a constituição de projeto para candidatura ao PADES, no âmbito de uma maior aproximação à população.

As iniciativas portuguesas para a criação de redes, como foi apresentado no subcapítulo 2.3, têm ocorrido nos vários tipos de bibliotecas, mas a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, e mais tarde a das Bibliotecas Escolares foram as que receberam financiamento direto do poder central, embora com articulação e partilha de custos com as autarquias. Apesar de alguns estudos indicarem que não se alcançaram os resultados esperados, foi criada uma infraestrutura que pode ser reforçada e desenvolvida, nomeadamente com a criação das redes regionais que estão a ser constituídas, sendo a rede do Algarve um exemplo. O apoio dado pela DGLAB à criação das redes reflete uma intenção de melhorar a ação e serviços das bibliotecas, através da cooperação, envolvendo as comunidades intermunicipais, de que fazem parte todas as autarquias nas regiões.

O desenvolvimento de redes de bibliotecas por todo o mundo é uma realidade, neste trabalho, no subcapítulo 2.2, focou-se o caso de Espanha, por ser um país contíguo de Portugal, enfatizando a rede *Sistema Andaluz de Bibliotecas y Centros de Documentación*, também, por ser a rede de bibliotecas limítrofe com a fronteira geográfica onde se situa a rede BIBAL. Se estabelecermos uma comparação entre a rede BIBAL e o Sistema Andaluz, apesar da existência recente da rede algarvia, reconhece-se que os seus objetivos são semelhantes, quanto ao desenvolvimento da cooperação entre as bibliotecas, nomeadamente os objetivos de elaborar planos para promover o desenvolvimento e a melhoria das condições das bibliotecas e dos serviços; promover e fomentar o intercâmbio e a formação profissional; propor projetos; estudos e desenvolvimento de atividades relacionadas com as bibliotecas, etc.

Mas a ação andaluza é mais alargada e desenvolvida e poderá ser inspiradora para a BIBAL. Realça-se a criação de um portal único, com serviços e catálogos *online*, o desenvolvimento de projetos dedicados à rentabilização de recursos documentais e de novas tecnologias e, no domínio da cultura, a rentabilização sustentada de atividades culturais.

Relativamente aos resultados do questionários sobre o trabalho que as bibliotecas exercem junto da comunidade, que é uma área que alarga a ação para fora do seu espaço físico, em parceria com outras instituições, conclui-se que diversos setores da comunidade são atingidos pelos serviços das bibliotecas, que de outro modo dificilmente poderiam usufruir. No Algarve, verifica-se que tem havido um aumento na colaboração com outras entidades, em especial com as bibliotecas escolares, os lares e centros de dia. No contacto com estas instituições os serviços das bibliotecas alcançam as populações mais jovens e as mais idosas. Menos expressão têm as atividades com os centros de saúde e hospitais em 2015, 2018 e em 2020, nitidamente o campo da saúde não é privilegiado nas parcerias, talvez por dificuldades externas. Têm ainda resultados menores, os dados sobre as parcerias com organizações não-governamentais, museus e arquivos. As bibliotecas poderiam valorizar as parcerias internas no seu município, com outros departamentos e unidades, nomeadamente com as instituições de memória, como os arquivos e os museus municipais. Estes poderiam ser os primeiros parceiros na rede de cooperação. Desenvolver e harmonizar projetos cooperativos entre pares de uma mesma instituição-município seria um bom exemplo para ultrapassar metas individuais e concretizar metas coletivas.

Quanto às respostas sobre os desafios de gestão e planeamento, os vários membros da rede BIBAL privilegiam as áreas cultural, social e tecnológica. Há, assim, evidência no reforço e no desenvolvimento da gestão das bibliotecas de áreas de trabalho mais tradicionais, que habitualmente já são realizadas, mesmo antes da pertença à rede BIBAL. Isto significa que há uma pretensão de as gerir e planear com sentido comunitário e em processo colaborativo. A valorização destas áreas poderá estar relacionada com um dos aspetos chave para a viabilidade dos projetos culturais, sociais, e também, os tecnológicos, que é a questão do financiamento dos mesmos. Gerir, planificar e organizar, em cooperação e em rede, poderá significar um desafio muito relevante para obtenção de mais recursos financeiros e humanos. Também, a força coletiva e conjunta de uma rede poderá gerir melhor as situações sociais. A Agenda 2030 das Nações Unidas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pretendem, de uma forma global e local, acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos. As opções reveladas nas respostas à questão dos desafios na gestão das bibliotecas em rede, não poderiam ser mais atuais. Surpreende a desvalorização dos profissionais quanto aos desafios ambientais e ecológicos, sendo áreas a trabalhar intensamente, referidas igualmente na Agenda 2030, em que se considera que proteger o meio ambiente e combater as alterações climáticas implica o envolvimento e cooperação de todos os cidadãos na sua concretização, para o desenvolvimento económico, ambiental e social.

As respostas sobre as vantagens de adesão à rede BIBAL revelam um sentido comunitário forte. Os membros percecionam que a colaboração e o interesse pelo bem comum das suas comunidades ultrapassam o individualismo de cada biblioteca, em cada município, e que a abordagem conjunta na resolução de problemas comuns é o melhor para a região do Algarve, e para cada comunidade concelhia. O acordo de cooperação intermunicipal, assinado em 2018, já é fruto desse sentimento comum, e no plano de atividades da BIBAL já se consubstancia em ações e serviços entre todos os membros que consolidam a rede. A grande vantagem da adesão à rede, por parte das bibliotecas da região, é sem dúvida melhorar os serviços para a comunidade leitora/utilizadora. Esta comunidade beneficiária final da rede ficou bem explícita, também, nas respostas dos profissionais.

Quantos às ameaças e problemas, que os profissionais consideram como limitadores do seu trabalho na rede BIBAL, revelam como mais intensas as questões: falta de apoio do município, pouca compreensão e apoio dos políticos e falta de recursos humanos. As questões de gestão, a nível local, pelos municípios e respetivos políticos, são os principais problemas que preocupam os profissionais das bibliotecas, que ao longo dos anos, têm percebido que a união entre a classe profissional poderá ajudar a superar estas dificuldades. Os municípios são organizações complexas do ponto de vista da sua gestão, pela diversidade e complexidade das suas atribuições e das atividades que desenvolvem, agravado pelo facto dos políticos serem eleitos para os cargos por poucos anos e não terem, por vezes, a formação autárquica necessária para exercerem com competência as funções que lhes são conferidas.

Na questão colocada sobre a avaliação global da adesão da biblioteca à BIBAL, os aspetos valorizados são vários, destacam-se a divulgação das atividades do grupo na participação em encontros, a difusão da marca BIBAL na comunidade, a criação de procedimentos comuns uniformizados e dar cumprimento aos objetivos do plano de atividades. Compreende-se que as vantagens são percecionadas por todos os profissionais que tentam otimizar os recursos individuais, bem como criar e aumentar projetos de cariz cooperativo. A rede BIBAL está na fase de consolidação, de criação de vínculos entre os seus membros, a cumprir os primeiros objetivos do plano de atividades, podendo, no futuro, avançar para outros projetos, como a cooperação com outras redes, nacionais e internacionais.

A DGLAB, para além de ser a entidade que coordena a execução de políticas nas áreas do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas Públicas, também, é parceira nesta rede BIBAL e com ela colabora regularmente, como qualquer elemento. No entanto, o papel que desempenha a nível nacional permite-lhe uma ação mais ampla, exercendo influências e abrindo novas oportunidades. O projeto PADES (Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços), um exemplo de uma nova oportunidade, foi concebido para apoiar projetos elaborados no âmbito das Redes Intermunicipais de Bibliotecas, procurando garantir uma maior articulação entre bibliotecas para a prestação de serviços em rede às populações, disponibilizando apoio financeiro. Assim, a Administração Central, através da DGLAB, coopera com os Municípios e presta-lhes, do ponto de vista técnico e financeiro, um contributo indispensável para que as bibliotecas da RNBP e outras da região, incluídas em redes intermunicipais, possam desempenhar a sua função social e cultural, contribuindo para a democratização do acesso à informação e para a participação dos cidadãos na vida pública, através das bibliotecas. Das questões colocadas relacionadas com o apoio da DGLAB à BIBAL, as mais relevantes são as atribuídas à influência que pode exercer junto das autarquias e da comunidade intermunicipal, a possibilidade de oferecer ou disponibilizar formação aos que exercem funções nas bibliotecas e em apoiar projetos. Também é esperado apoio na divulgação de oportunidades e nas iniciativas das redes nacionais ou internacionais e no parecer dado a projetos.

Este foi um primeiro estudo sobre a rede BIBAL, cujos resultados mostram que os profissionais das bibliotecas têm como objetivo o desenvolvimento e a exploração das potencialidades que a cooperação pode trazer às bibliotecas, com benefícios para toda a população. Encontraram-se algumas limitações a este estudo: o facto de não se ter conseguido respostas ao questionário por parte de todas as bibliotecas da rede e não se ter aprofundado as perceções dos profissionais sobre o trabalho que desenvolvem e o que pretendiam para esta rede, por exemplo através de entrevistas. As linhas futuras de investigação poderão abordar esta última referência, com obtenção de entrevistas aos elementos da rede e aos detentores de cargos políticos dos municípios envolvidos, como cargos de chefia, vereadores e Presidentes das Câmaras.  Identificaram-se outras linhas de investigação, nomeadamente, aprofundar a relação e comparação da BIBAL com a rede de bibliotecas da Andaluzia, estudar a implementação das ações relativas aos objetivos do plano de atividades da rede e, por fim, analisar a estratégia política nacional da DGLAB direcionada para as redes intermunicipais de bibliotecas e a sua execução na rede BIBAL.

Constituído este capítulo, e este fazendo parte de uma obra dedicada a Maria José Moura, cuja ação, no seio do mundo da informação, se destacou pelo inquestionável contributo que deu à planificação e implementação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, presta-se-lhe a devida homenagem. Este estudo, apesar de pequena dimensão, contribui para a evolução e desenvolvimento desta RNBP, que com tanto esforço e empenho foi construída.

Agradece-se a colaboração de todos os técnicos superiores da BIBAL, pela disponibilidade em responder ao inquérito por questionário, e aos técnicos superiores da DGLAB pela disponibilização dos dados estatísticos mais recentes.

**Bibliografia**

Almeida, S. 2015. «Rede de Bibliotecas da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro». Em *12o Congresso Nacional BAD, Évora, Portugal*. Acesso abril 2, 2020. https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1395.

Amândio, M. 2011. *Redes de Informação e Conhecimento: Cooperação e Interacção baseada no Portal da Rede Integrada de Bibliotecas de Oeiras*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Acesso abril 2, 2020. http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9899/1/ulfl132049\_tm.pdf.

BIBAL- Rede de Bibliotecas do Algarve. 2018. «Plano de Ação 2019». Faro. Não publicado.

———. 2019a. «Normas de funcionamento do Grupo de Trabalho da Rede Intermunicipal das Bibliotecas do Algarve». Faro. Não publicado.

———. 2019b. «Plano de Atividades 2020». Faro. Não publicado.

———. 2020. «Relatório de Atividades: 2019». Não publicado.

Castells, M. 2005. *A Sociedade em rede: A era da Informação: economia, sociedade e cultura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo. 2018. «Rede Intermunicipal de Bibliotecas da Lezíria do Tejo». 2018. Acesso abril 2, 2020. http://www.riblt.pt/index.php/pt/.

Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. 2017. «Rede de Bibliotecas da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra». 2017. Acesso abril 2, 2020. https://www.cim-regiaodecoimbra.pt/cim-rc/projeto-rede-intermunicipal-de-bibliotecas-da-regiao-de-coimbra/.

Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. 2020. «Rede Intermunicipal de Bibliotecas das Beiras e Serra da Estrela». 2020. Acesso abril 2, 2020. https://cimbse.pt/ribbse/.

Comunidade Intermunicipal de Leiria. 2020. «Rede Intermunicipal das Bibliotecas de Leiria». 2020. Acesso abril 2, 2020. http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/Bibliotecas/BibliotecasnaWeb/Paginas/CIM-Regiao-Leiria.aspx.

Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central. 2014. «Rede Intermunicipal de Bibliotecas do Alentejo Central». 2014. Acesso abril 2, 2020. http://www.cimac.pt/pt/acontece-cimac/noticias/Paginas/Rede-Intermunicipal-de-Bibliotecas-do-Alentejo-Central.aspx.

Comunidade Intermunicipal do Algarve/AMAL. 2018. «Acordo de cooperação: Rede Intermunicipal de Bibliotecas do Algarve». Faro. Acesso abril 2, 2020. https://amal.pt/images/Projetos/ACORDO\_COOPERAÇÃO\_AMAL\_BIBAL.pdf.

———. 2020. «AMAL- Comunidade Intermunicipal do Algarve». AMAL. 2020. Acesso abril 2, 2020. https://amal.pt/.

Comunidade Intermunicipal do Algarve. 2020. «Rede das Bibliotecas do Algarve». 2020. Acesso abril 2, 2020. https://amal.pt/atividades/protocolos-e-parcerias/bibal-rede-de-bibliotecas-do-algarve.

Comunidade Intermunicipal do Alto Minho. 2020. «Rede Intermunicipal das Bibliotecas Públicas Municipais do Alto Minho». 2020. Acesso abril 2, 2020. http://www.cim-altominho.pt/gca/?id=1353.

Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega. 2020. «Rede Intermunicipal de Bibliotecas do Alto Tâmega». 2020. Acesso abril 2, 2020. https://cimat.pt/rede-de-bibliotecas-do-alto-tamega/.

Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo. 2020. «Rede Intermunicipal do Baixo Alentejo». 2020. Acesso abril 2, 2020. https://cimbal.pt/pt/menu/1188/rede-intermunicipal-de-bibliotecas-do-b-alentejo.aspx.

Comunidade Intermunicipal do Oeste. 2020. «Rede Intermunicipal de Bibliotecas do Oeste». 2020. Acesso abril 2, 2020. http://www.oestecim.pt/CustomPages/ShowPage.aspx?pageid=221622d0-5685-488b-b4fa-5c7b771ddffb.

Comunidade Intermunicipal Médio Tejo. 2020. «Rede das Bibliotecas Públicas Municipais do Médio Tejo». 2020. Acesso abril 2, 2020. https://mediotejo.pt/index.php/menu-rededebibliotecas.

Costa, T. 2014. *O Impacto da Biblioteca do Conhecimento online (b-on) sobre a utilização e a produção científica*. Évora: Universidade de Évora.

Crawford, W., e M. Gorman. 2004. «Future libraries: dreams, madness, and reality». Em *Los Portales Bibliotecarios*. Madrid: Arco/Libros.

Eiras, B. 2018. «Redes Intermunicipais de Bibliotecas: uma estratégia para as bibliotecas públicas portuguesas». Em *13o Congresso Nacional BAD, Fundão, Portugal*. Acesso abril 2, 2020. https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1809.

Espanha. Ministério de Cultura e Desporto. 2020. «Consejo de Cooperación Bibliotecaria». 2020. Acesso abril 2, 2020. https://www.ccbiblio.es/que-es-el-consejo/.

Fernandes, J. C. 2007. «Redes e movimentos sociais sob os novos paradigmas da informação». Em *9o Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*. Acesso abril 2, 2020. https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/512/273.

Figueiredo, F. 2004. «Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: actualizar para responder a novos desafios». *Cadernos BAD*, n. 1: 60–72.

Franco, A. 2012. «Escola de Redes». Como tecer redes? Acesso abril 2, 2020. http://escoladeredes.net/.

Gabinete Oliveira das Neves. 2018. «Estudo de identificação dos fatores críticos de competitividade das áreas de acolhimento empresarial do Algarve». Faro. Acesso abril 2, 2020. https://amal.pt/comunicacao/publicacoes/137-fatores-criticos-de-competitividade-das-areas-de-acolhimento-empresarial-do-algarve.

Gaspar, I e S. Silvestre. 2018. «O modelo de gestão partilhada da Rede de Bibliotecas de Lisboa como uma boa prática: reforma administrativa de Lisboa». Em *13o Congresso Nacional BAD, Fundão, Portugal*. Acesso abril 2, 2020. https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1764.

Gonçalves, L., e D. Correia. 2018. «Leiria em rede: uma teia de cooperação e colaboração». Em *13o Congresso Nacional BAD, Fundão, Portugal*. Acesso abril 2, 2020. https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1761.

Grupo de Técnicos Superiores das Bibliotecas da Região do Algarve. 2018. «Proposta de criação da rede de Bibliotecas Públicas do Algarve». Faro. [Não publicado]

Grupo de Trabalho BAD das Bibliotecas de Ensino Superior. 2018. «Redes das Bibliotecas em Portugal: construir sinergias, perspetivar colaborações, planear a cooperação na prática». Em *13o Congresso Nacional BAD, Fundão, Portugal*. Acesso abril 2, 2020. https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1826/Resumo.

Guerreiro, A. F. 2018. «RIBBA - Rede Intermunicipal de Bibliotecas do Baixo Alentejo». Em *13o Congresso Nacional BAD, Fundão, Portugal*. Acesso abril 2, 2020. https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1735.

IFLA/UNESCO. 2001. «Directrizes IFLA/UNESCO para el desarrollo del servicio de bibliotecas públicas». Acesso abril 2, 2020. http://archive.ifla.org/VII/s8/news/pg01-s.pdf.

Junta de Andalucía. Consejería de Cultura y Patrimonio Histórico. 2020. «Bibliotecas y centros de documentación». 2020. Acesso abril 2, 2020. https://www.juntadeandalucia.es/organismos/culturaypatrimoniohistorico/areas/bibliotecas-documentacion/red-publicas.html.

Khalid, F. 1996. «At the threshold of a library network». *Information Technology and Libraries* 15 (4): 241–46.

Lagos. Câmara Municipal de Lagos. 2020. «Demografia: dados gerais sobre o Algarve». 2020. Acesso abril 2, 2020. https://www.cm-lagos.pt/municipio/camara-municipal/demografia.

Leal, F. 2015. «Consolidar a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas». Em *12o Congresso Nacional BAD, Évora, Portugal*. Acesso abril 2, 2020. https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1296.

Matos, D., S. Pinto e R. Santana. 2018. «RIBBSE: em rede nunca lemos sós». Em *Io Encontro de Redes Intermunicipais de Bibliotecas Públicas*. Acesso abril 2, 2020. http://hdl.handle.net/10400.6/4767.

Moura, M. (Coord), P. Almeida, J. Portilheiro, e T. Calçada. 1986. *Leitura Pública: rede de bibliotecas municipais: relatório*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura. Acesso abril 2, 2020. http://www.iplb.pt/sites/DGLB/Portugues/bibliotecasPublicas/documentacaoBibliotecas/Documents/RelatorioLeituraPublica1986.pdf.

Moura, M. (Coord), G. Silva, F. Figueiredo, E. Rodrigues, e R. Casteleiro. 1996. *Relatório sobre as bibliotecas públicas em Portugal*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura. Acesso abril 2, 2020. http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/424/1/Relatório Leitura Pública 1996.pdf.

Nunes, M. 2007. «Leitura, literacias e inclusão social: Novos e velhos desafios para as bibliotecas públicas». Em *Práticas de dinamização da leitura*, 48–59. Porto: Sete-Pés, Projectos Artísticos e Culturais. Acesso abril 2, 2020. http://repositorio.uportu.pt/jspui/handle/11328/302.

Oleiro, M., e C. Heitor. 2010. «20 Anos da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas : Um balanço (possível) do grau de cumprimento do Programa». Em *10o Congresso Nacional BAD, Guimarães, Portugal*. Acesso abril 2, 2020. http://rcbp.dglb.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/Comunicacao\_MOleiro\_CHeitor\_10CongBAD.pdf.

Owen, Amy. 1996. «The Utah Library Network: A brief overview». *The Bottom Line* 9 (1): 10–15. Acesso abril 2, 2020. https://doi.org/10.1108/08880459610106464.

Pereira, A. 2013. «Bibliotecas públicas municipais portuguesas: forças e fraquezas de um modelo na esfera da sociedade da informação e do conhecimento». Em *VI Encontro Ibérico EDICIC, Porto, Portugal*, 657–75.

Pires, C. 2003. «As Bibliotecas da Rede de Leitura Pública: problemas e perspectivas». *Cadernos BAD*, n. 1: 117–26.

Portugal. Instituto Nacional de Estatística. 2017. *Região Algarve em números*. Lisboa: INE.

———. 2019a. *Anuário Estatístico da Região Algarve: 2018*. Lisboa: INE.

———. 2019b. *Estatísticas da Cultura - 2018*. Lisboa: INE. Acesso abril 2, 2020. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\_publicacoes&PUBLICACOESpub\_boui=358632037&PUBLICACOEStema=55554&PUBLICACOESmodo=2.

Portugal. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve. 2013. «Algarve, preparar o futuro: diagnóstico prospetivo 2014-2020». Faro.

Portugal. Ministério da Cultura. Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. 2016. «Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: Relatório estatístico 2015». Lisboa. Acesso abril 2, 2020. http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/Estatistica/Documents/RELATORIO\_Estatistico\_2015\_DGLAB.pdf.

———. 2020. «Estatísticas das bibliotecas da RNBP do Algarve». Lisboa.

Portugal. Ministério da Cultura. Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. 2020. «Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB)». 2020. Acesso abril 2, 2020. http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/Bibliotecas/Paginas/default.aspx.

Portugal. Ministério da Educação. 2020. «Rede de Bibliotecas Escolares». 2020. Acesso abril 2, 2020. https://www.rbe.mec.pt/np4/programa.html.

Quaternaire Portugal, Consultoria para o Desenvolvimento S.A. 2015. «Plano Intermunicipal Algarve 2020». Faro. Acesso abril 2, 2020. https://amal.pt/algarve2020/images/PLANO\_ALGARVE2020\_2015.pdf.

Regedor, A. 2014. «Bibliotecas, Informação, Cidadania: políticas bibliotecárias em Portugal: séculos XIX-XX». Tese de doutoramento apresentada à Universidade Fernando Pessoa, Porto. Acesso abril 2, 2020.

Rodrigues, E. 2017. «Networking Portuguese academic libraries: past, present and future». Em *Inter-regional Library Alliance: Best Practice and Future Development*. Acesso abril 2, 2020. http://hdl.handle.net/1822/50305.

Sánchez, M., e T. Sorín. 2001. «Las comunidades virtuales y los portales como escenarios de gestión documental y difusión de información». *Anales de Documentación*.

Saorín Pérez, T. 2004. *Los Portales Bibliotecarios*. Madrid: Arco/Libros.

Weston, P. G., e G. Vullo. 2014. «United we stand: Quantitative and qualitative methods to assess cooperation: The URBS libraries network: A case study». *Library Management* 35 (6–7): 508–20. Acesso abril 2, 2020. https://doi.org/10.1108/LM-02-2014-0020.

**Anexo 1: Questionário**

Questionário: O trabalho em rede nas bibliotecas do Algarve: estudo de caso

Cara(o) colega,

Solicitamos a sua ajuda no preenchimento deste questionário, que tem como objetivo principal conhecer a perspetiva dos bibliotecários da BIBAL, sobre o trabalho em rede das bibliotecas do Algarve. O questionário faz parte de uma investigação de Margarida Vargues e Luísa Alvim (CIDEHUS - Universidade de Évora).

Todas as informações recolhidas são estritamente confidenciais.

Ao dar início ao preenchimento deste questionário, indica que:

* Leu e compreendeu a informação acima;
* Participa nesta investigação voluntariamente;
* Concorda que os dados recolhidos sejam utilizados para investigação científica.

Prevê-se que o seu preenchimento possa durar, no máximo, 8 minutos.

***Caracterização da Biblioteca***

 1. Nome da Biblioteca

 1.1 Concelho

 ***Parcerias***

2. Antes da adesão à rede, a biblioteca trabalhava regularmente em parceria com instituições?

Assinale com uma cruz (X)

2.1 Sim Não

 2.2 Se sim, classifique o grau de ocorrência da parceria e assinale com uma cruz (X)

 1 Nunca; 2 Algumas vezes; 3 Muitas vezes; 4 Sempre.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 2.2.1 Estabelecimentos de ensino/Bibliotecas escolares |  |  |  |  |
| 2.2.2 Centros de saúde |  |  |  |  |
| 2.2.3 Hospitais  |  |  |  |  |
| 2.2.4 Lares e centros de dia  |  |  |  |  |
| 2.2.5 Estabelecimentos prisionais  |  |  |  |  |
| 2.2.6 Associações |  |  |  |  |
| 2.2.7 Organizações não-governamentais |  |  |  |  |
| 2.2.8 Arquivos |  |  |  |  |
| 2.2.9 Museus |  |  |  |  |
| 2.2.10 Outras. Especifique |  |  |  |  |

3. Depois da adesão à rede BIBAL, a biblioteca continua a trabalhar com as parcerias que mencionou na questão anterior?

3.1 Se sim, pode completar a sua resposta.

 ***Avaliação da adesão à rede***

4. Com a adesão à Rede BIBAL, em que áreas da gestão e planeamento da biblioteca sente mais os desafios? Classifique e assinale com uma cruz (X) o grau de desafio para cada item.

 1 Nada desafiante; 2 Desafiante; 3 Muito desafiante.

 5. Quais as vantagens que considera que a biblioteca obteve ao aderir à rede BIBAL? Caracterize o grau de vantagem e assinale com uma cruz (X).

1 Nenhuma vantagem; 2 Algumas vantagens; 3 Muitas vantagens.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | 1 | 2 | 3 |
| 5.1 Permite uma melhor sintonia entre as políticas dos municípios da rede |  |  |  |
| 5.2 Maior diversidade na oferta de atividades/serviços aos utilizadores |  |  |  |
| 5.3 Melhor planeamento das atividades |  |  |  |
| 5.4 Presta-se um serviço público de qualidade |  |  |  |
| 5.5 Reforça a equipa técnica da biblioteca |  |  |  |
| 5.6 Obtém-se financiamento para projetos/serviços/programas |  |  |  |
| 5.7 Maior rentabilização de recursos humanos |  |  |  |
| 5.8 Maior rentabilização de recursos financeiros |  |  |  |
| 5.9 Proporciona formação técnica diversificada para os recursos humanos |  |  |  |
| 5.10 Gera uma comunidade empenhada em torno das bibliotecas e dos seus utilizadores |  |  |  |
| 5.11 Maior colaboração entre os municípios |  |  |  |
| 5.12 Maior colaboração entre as bibliotecas |  |  |  |
| 5.13 Desenvolvimento de programas conjuntos |  |  |  |
| 5.14 Desenvolvimento da cultura regional |  |  |  |
| 5.15 Desenvolvimento de projetos conjuntos |  |  |  |
| 5.16 Partilha de recursos tecnológicos |  |  |  |
| 5.17 Desenvolvimento de programas/serviços sustentáveis de acordo com Agenda 2030 |  |  |  |
| 5.18 Nenhuma |  |  |  |
| 5.19 Outra. Especifique. |  |  |  |

 6. Quais as ameaças/problemas que considera que podem limitar o trabalho da rede BIBAL? Classifique e assinale com uma cruz (X) as possíveis ameaças/problemas.

1 Pouco importante; 2 Importante; 3 Muito importante.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | 1 | 2 | 3 |
| 6.1 Falta de estratégia da rede  |  |  |  |
| 6.2 Dificuldades financeiras |  |  |  |
| 6.3 Desmotivação da equipa das bibliotecas |  |  |  |
| 6.4 Falta de projetos sustentáveis |  |  |  |
| 6.5 Falta de novas ideias/projetos e de uma cultura inovadora |  |  |  |
| 6.6 Pouca compreensão/apoio dos políticos |  |  |  |
| 6.8 Falta de apoio do município |  |  |  |
| 6.9 Falta de recursos humanos |  |  |  |
| 6.10 Nenhuma |  |  |  |
| 6.11 Outra. Especifique |  |  |  |

7. Que avaliação global faz da adesão da sua biblioteca à rede BIBAL? Classifique e assinale com uma cruz (X) a grandeza da sua avaliação.

1 Nada relevante; 2 Pouco relevante; 3 Relevante; 4 Muito relevante.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 7.1 Cria e dá continuidade à organização e gestão de projetos de intervenção e cooperação na área das Bibliotecas |  |  |  |  |
| 7.2 Contribui para o processo de modernização administrativa e técnica tornando os processos mais eficientes |  |  |  |  |
| 7.3 Promove a criação de procedimentos comuns uniformizados respeitando o princípio da equidade intermunicipal que conduzem à promoção da identidade regional enquanto comunidade |  |  |  |  |
| 7.4 Realiza projetos comuns de apoio às respetivas comunidades através da execução de programas nas diferentes áreas, promovendo a sua qualidade de vida, em constante diálogo com as instituições e diferentes agentes de intervenção local, fomentando a dinâmica do trabalho e parcerias efetivas |  |  |  |  |
| 7.5 Desenvolve em colaboração com as Bibliotecas e as entidades formadoras, atividades de formação/informação e autoformação nos domínios da ciência da informação e documentação, promoção das literacias e da cidadania, tecnologias da informação e comunicação e outras relacionadas com a área de atuação das Bibliotecas |  |  |  |  |
| 7.6 Promove a cooperação com outras Redes Nacionais e Internacionais |  |  |  |  |
| 7.7 Difunde as iniciativas realizadas, através de diferentes suportes de informação, de modo a divulgar a BIBAL perante as comunidades |  |  |  |  |
| 7.8 Divulga as atividades do Grupo de Trabalho da BIBAL (GT-BIBAL), através da participação em Encontros, Seminários, Ações de Formação e Edição de Publicações |  |  |  |  |
| 7.9 Dá cumprimento aos objetivos do Plano de Atividades do GT |  |  |  |  |
| 7.10 Cria e difunde uma marca que defina a identidade da BIBAL |  |  |  |  |

8. Que tipo de apoio considera que a DGLAB pode dar à rede BIBAL? Classifique e assinale com uma cruz (X) o seu ponto de vista.

1 Nada relevante; 2 Pouco relevante; 3 Relevante; 4 Muito relevante.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 8.1 Apoio financeiro a projetos |  |  |  |  |
| 8.2 Oferecer/Disponibilizar formação para os colaboradores das bibliotecas |  |  |  |  |
| 8.3 Dar parecer sobre os projetos |  |  |  |  |
| 8.4 Divulgar as iniciativas de outras redes nacionais e/ou estrangeiro |  |  |  |  |
| 8.5 Divulgar oportunidades |  |  |  |  |
| 8.6 Influenciar as autarquias e a comunidade intermunicipal  |  |  |  |  |
| 8.7 Outras. Especifique |  |  |  |  |

Évora, fevereiro 2020

Muito obrigada pelas suas respostas.

Mais tarde, daremos conhecimento da análise dos resultados do questionário.

Margarida Vargues

Luísa Alvim

 CIDEHUS Universidade de Évora